



*Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto*

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
Unidade Central de Controle Interno

UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

# **RELATÓRIO E PARECER CONCLUSIVO DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO**

**RELUCI – CONTAS DO ORDENADOR DE DESPESAS DO  
INSTITUTO PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL**

**(ITEM 3.2.2, ANEXO III DA IN TCEES 68/2020)**

**EXERCÍCIO DE 2024**



# *Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto*

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
Unidade Central de Controle Interno

**Diretor Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Dorcas do  
Rio Preto/ES (PREVIDRP)  
José Carlos Nunes de Melo**

**Diretor Financeiro do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Dorcas do  
Rio Preto/ES (PREVIDRP)  
Jorge Luiz Nacari**

**Diretor de Previdência do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Dorcas  
do Rio Preto/ES (PREVIDRP)  
Christiane Rios Pimentel**

**Controlador Geral Interno (10/01/2024 à 08/10/2024)  
Carlos Alberto da Silva Junior**

**Controlador Geral Interno (09/10/2024 à 31/12/2024)  
Luciane Teresinha Pirovani Palácios**

**Coordenador da UCCI  
Ivana Cecília Lacerda Loreti**

**Auditor Público Municipal  
Luciane Teresinha Pirovani Palácios (19/01/2023 à 08/10/2024)  
Lucas Belford Moreira**



## SUMÁRIO

<b>1. Relatório.....</b>	<b>4</b>
<b>1.1. Introdução.....</b>	<b>4</b>
<b>1.2. Pontos de Controle verificados.....</b>	<b>4</b>
<b>1.3. Constatações e Proposições dos Pontos de Controle.....</b>	<b>12</b>
<b>1.4. Análise das Demonstrações Contábeis.....</b>	<b>18</b>
1.4.1. Análise da Consistência dos Saldos de Restos a Pagar Não Processados entre Balanço Orçamentário e Balanço Financeiro .....	18
1.4.2. Análise da Consistência dos Saldos de Restos a Pagar Processados entre Balanço Financeiro e o Balanço Orçamentário .....	18
1.4.3. Análise da Execução Orçamentária na dotação Reserva de Contingência informada no Balanço Orçamentário.....	18
1.4.4. Análise da Execução Orçamentária na dotação Reserva do RPPS informada no Balanço Orçamentário. ....	18
1.4.5. Análise entre o Balanço Financeiro e o Balanço Orçamentário em relação à Receita Orçamentária .....	19
1.4.6. Análise entre o Balanço Financeiro e o Balanço Orçamentário em relação à Despesa Orçamentária .....	19
1.4.7. Análise entre o Balanço Financeiro e o Balanço Patrimonial em relação ao saldo do exercício anterior da conta Caixa e Equivalentes de Caixa .....	19
1.4.8. Análise entre o Balanço Financeiro e o Balanço Patrimonial em relação ao saldo do exercício anterior atual da conta Caixa e Equivalentes de Caixa.....	20
1.4.9. Análise entre a Demonstração das Variações Patrimoniais e o Balanço Patrimonial em relação ao resultado patrimonial.....	20
1.4.10. Análise entre os totais dos saldos devedores e dos saldos credores.....	20
1.4.11. Análise da despesa Executada em relação à Dotação Atualizada.....	21
<b>2. Constatações- Documentação da PCA.....</b>	<b>21</b>
<b>3. Parecer do Controle Interno .....</b>	<b>22</b>



**MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL  
ORDENADOR – GESTÃO**

**Emitente:** Unidade Central de Controle Interno do Município de Dorcas do Rio Preto

**Unidade Gestora:** Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Dorcas do Rio Preto/ES  
(PREVIDRP)

**Gestor Responsável:** José Carlos Nunes de Melo

**Exercício:** 2024

## 1. RELATÓRIO

### 1.1. INTRODUÇÃO

Observando o que dispõe o artigo 74 da Constituição Federal de 1988, essa Unidade Central de Controle Interno realizou, no exercício supramencionado, procedimentos de controle, objetivando apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

A seguir apresentamos os pontos de controle selecionados para análise, os procedimentos adotados, seguidos das constatações e proposições sugeridas, além das análises de demonstrações contábeis, seguido das constatações quanto aos arquivos da PCA enviados a esta unidade, emitindo, ao final, nosso parecer conclusivo.

### 1.2. PONTOS DE CONTROLE VERIFICADOS

Código	Objeto/Ponto de controle	Informações Analisadas	Base Legal	Tipo de Procedimento	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
1.2.1	Registro por competência - despesas previdenciárias patronais	Relatório de Liquidação das Contribuições Previdenciárias parte patronal, emitidos no sistema contábil.  Análise realizada mensalmente através de verificação no Portal da Transparência do Município, do site institucional e do sistema contábil.	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9.717/1998, art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local Regime de competência	Revisão Analítica	Verificar se foram realizados os registros contábeis orçamentários e patrimoniais, das despesas com obrigações previdenciárias, decorrente dos encargos patronais da entidade referentes às alíquotas normais e suplementares, observando o regime de competência.	R\$7.917,91 (total das Contribuições Patronais, relativo ao RGPS)	100%
1.2.2	Pagamento das obrigações previdenciárias - parte patronal	Relatório de Pagamento das Contribuições Previdenciárias parte Patronal, do INSS, emitido no	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9.717/1998, art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local	Revisão Analítica	Verificar se houve o pagamento tempestivo das contribuições previdenciárias	R\$7.917,91 (total das Contribuições Patronais, relativo ao RGPS)	100%



# Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
Unidade Central de Controle Interno

		sistema contábil.  Análise realizada mensalmente através de verificação no Portal da Transparência do Município, do site institucional e do sistema contábil.	Regime de competência		decorrentes dos encargos patronais da entidade, referentes às alíquotas normais e suplementares.		
1.2.3	Registro por competência - multas e juros por atraso de pagamento	Relatório de Pagamento das Contribuições Previdenciárias parte Patronal, do INSS, emitido no sistema contábil.  Análise realizada mensalmente através de verificação no Portal da Transparência do Município, do site institucional e do sistema contábil.	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º. Lei 8.212/1991 Regime de Competência	Revisão Analítica	Verificar se houve o registro por competência das despesas Patrimoniais Diminutivas (VPD) com multa e juros decorrentes do atraso no pagamento das obrigações previdenciárias	-	100%
1.2.4	Retenção/Repasse das contribuições previdenciárias - parte servidor	Relatório de Pagamento das Contribuições Previdenciárias parte servidor, do INSS emitido no sistema contábil  Análise realizada mensalmente através de verificação no Portal da Transparência do Município, do site institucional e do sistema contábil.	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local	Revisão Analítica	Verificar se houve a retenção das contribuições previdenciárias dos servidores e o seu respectivo repasse tempestivo ao regime de previdência.	R\$3.237,25 (total das Contribuições Previdenciárias Retidas das Servidoras e pagas ao INSS)	100%
1.2.5	Parcelamento de débitos previdenciários	Informação prestada pelo PREVIDRP através do processo nº 0788/2025;  Relatório de Pagamento das Contribuições Previdenciárias confrontado com o Relatório de Liquidação das contribuições previdenciárias, da UG Prefeitura e UG Fundo Municipal de	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local Regime de competência	Revisão Analítica;  Indagação	Verificar se os parcelamentos de débitos previdenciários: a) estão sendo registrados como passivo da entidade; b) estão sendo registrados como ativo a receber no RPPS; c) se seu saldo total está sendo corrigido mensalmente, por	-	-



# Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
Unidade Central de Controle Interno

		Saúde.			<p>índice oficial e registrado como passivo no ente devedor e como ativo no RPPS;</p> <p>d) se estão sendo registrados mensalmente os juros incidentes sobre o saldo devedor no ente devedor e como ativo no RPPS;</p> <p>e) se as parcelas estão sendo pagas tempestivamente.</p>		
1.2.8	Medidas de Cobrança- Créditos Previdenciários a Receber e Parcelamentos a Receber	<p>Informação prestada pelo PREVIDRP através do processo nº 0788/2025;</p> <p>Comparativo realizado através do Sistema contábil da UG Prefeitura e UG Fundo Municipal de Saúde, confrontando a liquidação das contribuições previdenciárias patronal x pagamento realizado e contribuição previdenciária servidor retida x pagamento realizado.</p>	LRF	Revisão Analítica; Indagação	<p>Avaliar se as obrigações previdenciárias não recolhidas pelas unidades gestoras, foram objeto de medidas de cobrança para a exigência das obrigações não adimplidas pelo gestor do RPPS e pelo Controle Interno.</p>	<p>Informação prestada pelo PREVIDRP através do processo nº 0788/2025;</p> <p>Comparativo realizado através do Sistema contábil da UG Prefeitura e UG Fundo Municipal de Saúde, confrontando a liquidação das contribuições previdenciárias patronal x pagamento realizado e contribuição previdenciária servidor retida x pagamento realizado.</p>	100%
1.2.9	Despesa Administrativa	<p>Informação prestada pelo PREVIDRP através do processo nº 0788/2025;</p> <p>Art. 6º, da Lei 114/2024</p>	<p>Lei 9717/98, art. 6, VIII; Portaria 403/2008, art. 15.</p> <p>Lei Local.</p>	<p>Análise Documental;</p> <p>Indagação</p>	<p>Verificar se o valor empenhado no exercício com despesa administrativa do RPPS está dentro do limite fixado em lei.</p>	R\$163.304,74	100%
1.2.10	Disponibilidade s financeiras - contas específicas	<p>Análise realizada mensalmente através de verificação no Portal da Transparência do Município, do site institucional e do sistema contábil.</p> <p>TVDISP emitido através do sistema contábil</p>	LC 101/2000, art. 43, § 1º.	Análise Documental;	<p>Avaliar se as disponibilidades financeiras do regime próprio de previdência social foram depositadas em contas específicas e distintas do ente público mantenedor. Havendo criação de fundos específicos, avaliar se os recursos estão sendo mantidos e aplicados em seus</p>	R\$26.934.189,92	100%



# Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
Unidade Central de Controle Interno

					respectivos fundos.		
1.2.13	Equilíbrio Financeiro e Atuarial	Lei 924/2020 Decreto 4.033/2022	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º.	Análise Documental;  Recálculo	Verificar a manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial no ente que instituir ou mantiver RPPS.	Lei 924/2020 Decreto 4.033/2022	100%
1.2.14	Equilíbrio financeiro e atuarial – Plano de Equacionamento	Análise realizada mensalmente através de verificação no Portal da Transparência do Município, do site institucional e do sistema contábil.  Verificação Balanço Patrimonial e Balanço Financeiro 2024	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º.	Análise Documental;	Avaliar, nos institutos próprios de previdência social onde for verificado desequilíbrio financeiro e atuarial, se estão sendo instituídas medidas com vistas ao reequilíbrio do Regime Próprio de Previdência.	<b>\$1.556.160,42</b> Valor do Déficit Financeiro apurado através de análise do Balanço Orçamentário e do Balanço Financeiro.	100%
1.2.17	Conciliação de contas	Declaração de Quitação - DELQUIT  Balancete de Verificação	IN regulamentador a da remessa de prestação de contas	Conciliação	Consistência do saldo devedor da declaração de quitação (DELQUIT) com o registro em “Créditos Previdenciários a Receber” Balancete de Verificação	Balancete de Verificação  DELQUIT-Declaração de Quitação	100%
1.2.18	Conciliação de contas	Declaração de Quitação-DELQUIT DEMREC	IN regulamentador a da remessa de prestação de contas	Conciliação	Consistência do saldo devedor da declaração de quitação (DELQUIT) com a diferença das contribuições devidas e recebidas pelo RPPS (DEMREC).	DELQUIT-Declaração de Quitação DEMREC	100%
1.2.19	Conciliação de contas	Balanço Atuarial Balancete de Verificação	IN regulamentador a da remessa de prestação de contas	Conciliação	Consistência do balanço atuarial (BALATU) com o registro de provisões matemáticas previdenciárias (BALVER)	Balanço Atuarial Balancete de Verificação	
1.3.1	Bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis - registro contábil compatibilidade com inventário.	Balanço Patrimonial  Tabelas 10 e 12 do sistema patrimonial e inventário enviados através do processo nº 0788/2025.	CRFB/88, art. 37, Caput c/c Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Análise Documental	Avaliar se as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis em compatibilidade com os inventários anuais, bem como, as variações decorrentes de depreciação, amortização ou exaustão, e as	R\$408.551,64 (de acordo com a conta Imobilizado do Balanço Patrimonial)	100%



# Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
Unidade Central de Controle Interno

					devidas reavaliações.		
1.3.2	Bens móveis, imóveis e intangíveis – Registro e controle	Termo de Guarda e Responsabilidade – enviado através do processo nº 0788/2025.	Lei 4.320/1964, art. 94.	Exame de Registros Auxiliares	Avaliar se os registros analíticos de bens de caráter permanente estão sendo realizados contendo informações necessárias e suficientes para sua caracterização e se existe a indicação, na estrutura administrativa do órgão, de agente(s) responsável(is) por sua guarda e administração.	Termo de Guarda e Responsabilidade enviado através do processo nº 0788/2025.	100%
1.3.3	Disponibilidade s financeiras - depósito e aplicação	Termo de Verificação de Disponibilidades	LC 101/2000, art. 43 c/c § 3º, do artigo 164 da CRFB/88.	Análise Documental	Avaliar se as disponibilidades financeiras foram depositadas em instituições financeiras oficiais.	R\$26.934.189,92	100%
1.3.4	Disponibilidade s financeiras depósito e aplicação	Extratos Bancários enviados pelo PREVIDRP no e-mail controladoria@pmdrp.es.gov.br, em 20/03/2025  Balanco Financeiro  Termo de Verificação de Disponibilidades	Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Análise Documental	Avaliar se as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos valores depositados em contas correntes e aplicações financeiras confrontando os valores registrados com os extratos bancários no final do exercício.	R\$26.934.189,92	100%
1.5.1	Documentos integrantes da PCA- Compatibilidade com o normativo do TCE	Arquivos contidos no processo nº 0794/2025	IN 68/2020- Regulamentado ra da remessa de prestação de contas	Conformidade (verificação documental)	Avaliar se os documentos integrantes da PCA estão em conformidade com o requerido no anexo correspondente da IN Regulamentadora da remessa de prestação de contas.	Arquivos contidos no processo nº 0794/2025	100%
2.5.3	Alíquota de contribuição – Fixação	Lei 114/2024(14% alíquota retenção de servidor, 22% alíquota patronal e 3,6% taxa de administração)	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998, arts. 1º e 3º.	Análise Documental	Verificar se as alíquotas de contribuição vigentes na legislação local estão compatíveis com a legislação previdenciária.	Lei 114/2024 (14% alíquota retenção de servidor, 22% alíquota patronal e 3,6% taxa de administração)	100%
2.5.4	Alíquota de contribuição –	Lei 114/2024(14% alíquota retenção de	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei	Análise Documental	Verificar se os descontos	Lei 114/2024(14% alíquota retenção de	100%





# Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
Unidade Central de Controle Interno

	Recolhimento	servidor, 22% alíquota patronal e 3,6% taxa de administração)	9717/1998, arts. 1º e 3º.		previdenciários e as contribuições patronais estão obedecendo as alíquotas de contribuição estabelecidas conforme a legislação.	servidor, 22% alíquota patronal e 3,6% taxa de administração)	
2.5.6	Contribuições previdenciárias dos servidores cedidos	Lei 971/2022 (14% Alíquota Servidor, e 22% Alíquota Patronal) Informação prestada através do processo nº 0788/2025	CRFB/88, art. 40; LRF, art. 69; Lei 9.717/1998 art. 1º; Portaria MTP 1.467/2022, art. 4º, inc. I, 19 e 24.I, II e III.	Análise Documental; Indagação	Verificar se a Unidade Gestora do RPPS exerce controle sobre a arrecadação dos servidores cedidos a outros entes, independente da modalidade de cessão.	Informação prestada pelo PREVIDRP, através do processo nº 0788/2025	100%
2.5.7	Servidores cedidos	Informação prestada pelo PREVIDRP, através do processo nº 0788/2025 e pela Divisão de Recursos Humanos, através do processo nº 0786/2025	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º. ON MPS-SPS 02/2009, art. 32, I, II e III.	Análise Documental; Indagação	Verificar se o RPPS é cientificado formalmente ou é parte do contrato/termo de cessão de servidores.	Informação prestada pelo PREVIDRP, através do processo nº 0788/2025 e pela Divisão de Recursos Humanos, através do processo nº 0786/2025.	100%
2.5.8	Controle informatizado e individualizado das contribuições dos servidores do ente	Informação prestada pelo PREVIDRP, através do processo nº 0788/2025 e pela Divisão de Recursos Humanos, através do processo nº 0786/2025	Lei 9717/1998, art. 1º, VII. Portaria MPS 402/2008, 18	Análise Documental; Observação Direta	Verificar se o ente federativo mantém registro individualizado dos segurados do RPPS, contendo as informações mínimas exigidas pelo Ministério da Previdência Social.	Informação prestada pelo PREVIDRP, através do processo nº 0788/2025 e pela Divisão de Recursos Humanos, através do processo nº 0786/2025	100%
2.5.9	Disponibilização do registro individualizado ao segurado	Informação prestada pelo PREVIDRP, através do processo nº 0788/2025 e pela Divisão de Recursos Humanos, através do processo nº 0786/2025	Lei 9717/1998, art. 1º, VII. Portaria MPS 402/2008, 18	Análise Documental; Observação Direta	Verificar se o ente federativo disponibiliza aos seus segurados as informações constantes de seu registro individualizado.	Informação prestada pelo PREVIDRP, através do processo nº 0788/2025 e pela Divisão de Recursos Humanos, através do processo nº 0786/2025	100%
2.5.10	Parcelamento de débitos previdenciários – Autorização Legal	Informação prestada pelo PREVIDRP, através do processo nº 0788/2025	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º. ON MPS-SPS 02/2009, art. 36, § 1º.	Indagação	Verificar se os acordos de parcelamentos tiveram autorização legislativa por se tratar de dívida fundada.	Informação prestada pelo PREVIDRP, através do processo nº 0788/2025	100%
2.5.11	Compensação Previdenciária	Informação prestada pelo PREVIDRP, através do processo nº 0788/2025	Lei 9796/1999, art. 4º. ON MPS-SPS 02/2009, art. 23, III.	Análise Documental; Indagação	Verificar se a Unidade Gestora do RPPS adota rotina de envio dos processos ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS) a fim de gerar o direito a receber a receita de compensação previdenciária.	Informação prestada pelo PREVIDRP, através do processo nº 0788/2025	100%



# Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
Unidade Central de Controle Interno

2.5.14	Transparência	Verificação no site institucional do município	Lei 10887/2004, art. 9º, III. ON MPS SPS 02/2009, art. 15, III. ON MPS-SPS 02/2009, art. 21, parágrafo único.	Observação Direta	Verificar se a unidade gestora do RPPS disponibiliza ao público, inclusive por meio eletrônico, informações atualizadas e relatórios contábeis, financeiros, previdenciários acerca do respectivo regime, bem como os critérios e parâmetros adotados para garantir o seu equilíbrio financeiro e atuarial.	Verificação no site institucional do município.	100%
2.5.16	Obrigações do MPS	Informação prestada pelo PREVIDRP, através do processo nº 0788/2025	Portaria MPS 204/2008, art. 5, XVI.	Análise Documental;  Indagação	Verificar o cumprimento das obrigações exigidas pelo MPS com o envio do DRAA, DAIR, DIPR e DPIN e demais informações necessárias para emissão do CRP.	DAIR – Demonstrativo de Aplicação e Investimento dos Recursos, DPIN – Demonstrativo da Política de Investimentos, DIPR – Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasses.	100%
2.5.19	Cálculo atuarial – data base	Estudo Atuarial	Art. 40 da CF/88, Lei 9.717/1998, art. 1º, inciso I e art. 69 da LRF, normas brasileiras de contabilidade e regime de competência	Análise Documental;	Verificar se o RPPS realiza cálculo atuarial com data base coincidente com a data base das demonstrações contábeis do exercício.	Data Base do Cálculo Atuarial é 31/12/2024.	100%
2.5.20	Plano de Amortização – instituição por lei	Lei 924/2020  Art. 1º do Decreto nº 4.132/2023.	Art. 40 da CF/88, Lei 9.717/1998, art. 1º, inciso I e art. 69 da LRF. Portaria MPS 403/2008, art. 18, §1º.	Análise Documental;	Verificar se foi instituído por lei plano de amortização para equacionamento do déficit atuarial com prazo máximo de 35 anos.	Lei 924/2020  Art. 1º do Decreto nº 4.132/2023.	100%
2.5.22	Contabilização da amortização do déficit atuarial	Lei 924/2020  Balancete Analítico da Receita Orçamentária – Anual/2024 – PREVIDRP  Balancete Analítico da Despesa Orçamentária – Anual 2024 – PMDRP  MCASP – Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – 10ª Edição.	MCASP e Portaria MPS 403/2008, art. 17.	Análise Documental;	Verificar se houve a correta contabilização dos repasses das amortizações do déficit ao RPPS pela Unidade Gestora devedora, bem como do reconhecimento da receita pelo RPPS em conta específica do plano de contas.	R\$1.741.728,26	100%



# Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
Unidade Central de Controle Interno

2.5.25	Recadastramento dos inativos e pensionistas	Informação prestada pelo PREVIDRP, através do processo nº 0788/2025	Lei Federal 10.887/2004, em seu art. 9º, inciso II. Portaria MPS 403/2008, arts. 12 a 14.	Análise Documental;  Indagação	Verificar se o RPPS realiza recadastramento anual dos aposentados e pensionistas, com a atualização de todos os dados cadastrais necessários para manutenção de base de dados adequada, e não apenas "prova de vida".	Informação prestada pelo PREVIDRP, através do processo nº 0788/2025	100%
2.5.27	Hipóteses Atuariais - Definição	Informação prestada pelo PREVIDRP, através do processo nº 0788/2025 e pelo gabinete do Prefeito, através do processo nº 1296/2025.	Art. 40 da CF/88, Lei 9.717/1998, art. 1º, inciso I e art. 69 da LRF. Portaria MPS 403, de 10 de Dezembro de 2008, art. 5º.	Análise Documental;  Indagação	Verificar se estão sendo eleitas as hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras mais adequadas às características da massa de segurado e de seus dependentes para o correto dimensionamento dos compromissos futuros do RPPS.	Informação prestada pelo PREVIDRP, através do processo nº 0788/2025e pelo gabinete do Prefeito, através do processo nº 1296/2025.	100%
2.5.28	Hipóteses Atuariais - Eleição conjunta	Informação prestada pelo PREVIDRP, através do processo nº 0788/2025 e pelo gabinete do Prefeito, através do processo nº 1296/2025.	Art. 40 da CF/88, Lei 9.717/1998, art. 1º, inciso I e art. 69 da LRF. Portaria MPS 403, de 10 de Dezembro de 2008, art. 5º.	Análise Documental;  Indagação	Verificar se as hipóteses estão sendo escolhidas conjuntamente pelo ente federativo, a unidade gestora do RPPS e o atuário responsável pela elaboração da avaliação atuarial.	Informação prestada pelo PREVIDRP, através do processo nº 0788/2025 e pelo gabinete do Prefeito, através do processo nº 1296/2025.	100%
2.5.31	Comitê de investimentos - instituição	Decreto nº 3628/2020  Resoluções nº007 e 008/2022, 009/2023 e 012/2024.	Portaria MPS 519/2011, art. 3º-A, alíneas "b" e "c".	Análise Documental;	Verificar se houve a instituição do Comitê de Investimento.	Decreto nº 3628/2020  Resoluções nº007 e 008/2022, 009/2023 e 012/2024.	100%
2.5.32	Comitê de investimentos - Reuniões	Atas enviadas pelo PREVIDRP, através do processo nº 0788/2025	Portaria MPS 519, de 24 de Agosto de 2011, art. 3º-A, alíneas "b" e "c".	Análise Documental;	Verificar se houve periodicidade das reuniões e que as deliberações foram registradas em atas.	Atas enviadas pelo PREVIDRP, através do processo nº 0788/2025	-
2.5.33	Comitê de investimentos - Certificados dos membros	Certificados constantes no processo nº 0788/2025.	Portaria MPS 519/2011, art. 3º-A, alínea "e".	Análise Documental;	Verificar se a maioria dos membros possui certificação para operar no mercado brasileiro de capitais.	Certificados constantes no processo nº 0788/2025.	100%
2.5.34	Política de Investimento	Política de Investimento publicada no site institucional do município  <a href="https://www.pmdrp.es.gov.br/arquivo/download/44590/cate">https://www.pmdrp.es.gov.br/arquivo/download/44590/cate</a>	Lei 9.717/98, art.1º, § único e 6º, IV e VI; Resolução CMN 3992/2010, art. 4º.	Análise Documental;	Verificar se foi instituída no exercício anterior, a Política de Investimento para exercício financeiro subsequente.	Política de Investimento publicada no site institucional do município  <a href="https://www.pmdrp.es.gov.br/arquivo/download/44590/categoria/1">https://www.pmdrp.es.gov.br/arquivo/download/44590/categoria/1</a>	100%



# Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
Unidade Central de Controle Interno

		goria/10463/ata_de _aprovacao_da_poli tica_de_investment os_2024				0463/ata_de_aprovac ao_da_politica_de_in vestimentos_2024	
2.5.35	Aplicação dos Recursos	Arquivo TVDISP emitido através do sistema contábil	CF/88, artigo 164, § 3º. LC 101, art. 43.	Análise Documental;	Avaliar se os recursos financeiros do RPPS estão aplicados em instituições oficiais.	R\$25.481.364,77	100%
2.5.45	Despesa Administrativa – fixação em lei	Lei 114/2024 (3,6% taxa de administração)	Lei 9.717/98, art. 6. Portaria MPS 403/08, art. 15. Lei Local.	Análise Documental;	Verificar se o percentual para despesa administrativa foi fixado em lei.	Lei 114/2024 (3,6% taxa de administração)	100%
2.7.2.3	Registro de Aposentadorias, reserva remunerada e reforma – envio ao TCE	Informação prestada pelo PREVIDRP, através do processo nº 0788/2025	CF/88, art. 71, III e IN TC nº 31/2014, art. 2º	Análise Documental;	Verificar se aposentadorias de servidores efetivos, a transferência para a reserva remunerada e a reforma de militares concedidas pelo RPPS estão sendo encaminhadas ao TCE para fins de registro.	Informação prestada pelo PREVIDRP, através do processo nº 0788/2025	100%
2.7.2.5	Registro de Pensões - envio ao TCE	Informação prestada pelo PREVIDRP, através do processo nº 0788/2025	CF/88, art. 71, III e IN TC nº 31/2014, art. 2º.	Análise Documental;	Verificar se as pensões concedidas pelo RPPS estão sendo encaminhadas ao TCE para fins de registro.	Informação prestada pelo PREVIDRP, através do processo nº 0788/2025	100%

## 1.3. CONSTATAÇÕES E PROPOSIÇÕES DOS PONTOS DE CONTROLE

Código	Achados/Constatações	Proposições/Alertas	Situação
1.2.1	Conforme verificado no relatório de liquidação, emitido no sistema contábil e nas análises realizadas mensalmente, através de verificação no Portal da Transparência do Município e do site institucional, o princípio da competência não foi respeitado na contabilização das contribuições previdenciárias parte patronal dos meses de abril e julho/2024(RGPS). A inconsistência foi comunicada por esta UCCI e por se tratar de pequeno valor, entende-se que a situação é regular com ressalva.	-	Regular
1.2.2	O pagamento das contribuições previdenciárias - parte patronal, referente ao exercício de 2024, foram realizados tempestivamente, de acordo com análise realizada no relatório de pagamentos emitido através do sistema contábil.	-	Regular
1.2.3	Não houve pagamento em atraso das obrigações previdenciárias (parte patronal e parte servidor de acordo com verificação no sistema contábil, não sendo necessário a contabilização de juros e multas.	-	Regular
1.2.4	Durante o exercício de 2024 houve a retenção das contribuições previdenciárias da servidora e o seu respectivo repasse tempestivo ao regime de previdência, de acordo com verificação no sistema contábil e no portal da transparência do município.	-	Regular



# Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
Unidade Central de Controle Interno

1.2.5	Não existem débitos previdenciários da UG Prefeitura, UG Fundo Municipal de Saúde e da Câmara Municipal, conforme informação prestada pelo PREVIDRP, através do processo nº 0788/2025 e confirmado no sistema contábil das UGs.	-	Regular														
1.2.8	As obrigações previdenciárias parte patronal e parte servidor foram recolhidas tempestivamente, motivo pelo qual não foi necessário cobrança das mesmas.	-	Regular														
1.2.9	<p>De acordo com informação prestada pelo PREVIDRP, através do processo nº 0788/2025, no arquivo DEMDAD o valor limite para taxa administrativa a ser utilizado no exercício de 2024 foi de R\$163.304,74.</p> <p>Conforme verificação no relatório contábil de listagem de empenhos, o valor empenhado no exercício de 2024, na Fonte de Recursos Vinculados ao RPPS 180200000000 - Taxa de Administração foi de R\$ 211.314,10, sendo que R\$1.251,98 ficaram em Restos a Pagar Processado.</p>	Comunicação ao diretor presidente, através de processo administrativo, sobre a necessidade de ser observado o limite determinado em lei com os gastos com as despesas administrativas.	A Regularizar														
1.2.10	De acordo com o verificado no Termo de Verificação das Disponibilidades Financeiras, emitido pelo sistema contábil , as disponibilidades financeiras do regime próprio de previdência social foram depositadas em contas específicas e distintas do ente público mantenedor.	-	Regular														
1.2.13	<p>No exercício de 2024 foi recebido pelo PREVIDRP a quantia de R\$ 1.741.728,96 referente ao Aporte Atuarial, em conformidade com o valor determinado no anexo I, da Lei 924/2020.</p> <p>Em apuração ao Resultado Financeiro de 2024, identificou-se ausência de Equilíbrio Financeiro, decorrente da diferença entre as receitas arrecadadas e as despesas empenhadas, conforme demonstrado abaixo:</p> <table><tr><th colspan="2">Análise Financeira do RPPS</th></tr><tr><td>(=) Receitas Correntes</td><td>5.855.972,98</td></tr><tr><td>(-) Receita Patrimonial</td><td>1.952.996,63</td></tr><tr><td>(-)Outras Receitas Correntes</td><td>1.741.728,96</td></tr><tr><td>(-) Despesas Empenhadas</td><td>3.717.408,51</td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td>(=) Insuficiência Financeira</td><td>(R\$1.556.160,42)</td></tr></table> <p>Fonte: Balanço Orçamentário e Financeiro 2024</p>	Análise Financeira do RPPS		(=) Receitas Correntes	5.855.972,98	(-) Receita Patrimonial	1.952.996,63	(-)Outras Receitas Correntes	1.741.728,96	(-) Despesas Empenhadas	3.717.408,51			(=) Insuficiência Financeira	(R\$1.556.160,42)	Comunicação ao diretor presidente, através de processo administrativo, que a inconsistência detectada evidencia desequilíbrio financeiro e requer ação de cobrança do PREVIDRP em relação ao ente, a fim de que seja mantida a manutenção do equilíbrio financeiro do RPPS.	A Regularizar
Análise Financeira do RPPS																	
(=) Receitas Correntes	5.855.972,98																
(-) Receita Patrimonial	1.952.996,63																
(-)Outras Receitas Correntes	1.741.728,96																
(-) Despesas Empenhadas	3.717.408,51																
(=) Insuficiência Financeira	(R\$1.556.160,42)																
1.2.14	<table><tr><th colspan="2">Análise Financeira do RPPS</th></tr><tr><td>(=) Receitas Correntes</td><td>5.855.972,98</td></tr><tr><td>(-) Receita Patrimonial</td><td>1.952.996,63</td></tr><tr><td>(-)Outras Receitas Correntes</td><td>1.741.728,96</td></tr><tr><td>(-) Despesas Empenhadas</td><td>3.717.408,51</td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td>(=) Insuficiência Financeira</td><td>(R\$1.556.160,42)</td></tr></table> <p>Fonte: Balanço Orçamentário e Financeiro 2024</p> <p>No exercício de 2024, verificou-se que as receitas previdenciárias recolhidas pelo RPPS não foram suficientes</p>	Análise Financeira do RPPS		(=) Receitas Correntes	5.855.972,98	(-) Receita Patrimonial	1.952.996,63	(-)Outras Receitas Correntes	1.741.728,96	(-) Despesas Empenhadas	3.717.408,51			(=) Insuficiência Financeira	(R\$1.556.160,42)	Comunicação ao diretor presidente, através de processo administrativo, que a inconsistência detectada evidencia desequilíbrio financeiro e requer ação de cobrança do PREVIDRP em relação ao ente, afim de que seja mantida a manutenção do equilíbrio financeiro do RPPS.	A Regularizar
Análise Financeira do RPPS																	
(=) Receitas Correntes	5.855.972,98																
(-) Receita Patrimonial	1.952.996,63																
(-)Outras Receitas Correntes	1.741.728,96																
(-) Despesas Empenhadas	3.717.408,51																
(=) Insuficiência Financeira	(R\$1.556.160,42)																



# Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
Unidade Central de Controle Interno

	para cobrir as despesas previdenciárias, sendo necessário a utilização dos rendimentos de aplicação financeira, demonstrando assim a existência de déficit financeiro. Fato este comunicado ao presidente do RPPS durante todo o exercício de 2024 e ao Chefe do Poder Executivo, através do processo nº 5431/2024.		
1.2.17	Verificou-se não haver consistência entre o saldo devedor da Declaração de Quitação (DELQUIT) com o registro de "Créditos Previdenciários a Receber – Balancete de Verificação"  Créditos Previdenciários do RPPS – BALVER R\$114.043,26  DELQUIT-Declaração de Quitação R\$ 115.123,24  Diferença de R\$1.079, 98	Comunicação ao diretor presidente, através de processo administrativo, solicitando a verificação da inconsistência apurada, para fins de não ocorrência da mesma no exercício de 2025.	A Regularizar
1.2.18	Não foi possível verificar se houve consistência do saldo devedor da declaração de quitação (DELQUIT) com a diferença das contribuições devidas e recebidas pelo RPPS (DEMREC).  A Justificativa apresentada pelo PREVIDRP foi de que "o arquivo possui formato xml, gerado a partir do próprio sistema contábil, não sendo apresentado arquivo em pdf ou outro formato compatível para análise detalhada manualmente."	Comunicação ao diretor presidente, através de processo administrativo, solicitando que seja feito acompanhamento contábil, a fim de que seja possível a emissão de demonstrativos evidenciando os valores devidos de receitas previdenciárias no exercício de competência da PCA.	A Regularizar
1.2.19	Verificou-se haver inconsistência de valores entre as obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar a longo prazo do BALPAT, assim como o valor das provisões a longo prazo do BALVER em comparação ao valor das provisões matemáticas previdenciárias a longo prazo do BALATU.  BALPAT e BALVER = 53.707.040,50  BALATU = 50.985.028,36	Comunicação ao diretor presidente, através de processo administrativo, solicitando a adequação de valor entre os demonstrativos contábeis e atuariais.	A Regularizar
1.3.1	De acordo com informações prestadas através do processo 0788/2025, as demonstrações contábeis comparadas aos demonstrativos patrimoniais evidenciam a integralidade dos bens móveis e imóveis, entretanto o arquivo excel enviado, gerado pelo sistema de software está divergente, fato comunicado ao PREVIDRP, sendo que o mesmo está aguardando revisão da empresa E&L.	-	Regular
1.3.2	De acordo com a análise realizada no Termo de Guarda e Responsabilidade do PREVIDRP, os registros analíticos de bens de caráter permanente estão sendo realizados contendo informações necessárias e suficientes para sua caracterização, entretanto o responsável pelo patrimônio não consta como sendo o atual diretor presidente, fato comunicado ao PREVIDRP, sendo que o mesmo está aguardando revisão da empresa E&L.	Comunicação ao diretor presidente, através de processo administrativo, para que realize conferência dos relatórios patrimoniais durante o exercício.	A Regularizar
1.3.3	De acordo com análise do Termo de Verificação de Disponibilidade Financeira, todas as contas bancárias pertencentes ao PREVIDRP estão depositadas em instituições financeiras oficiais.	-	Regular
1.3.4	De acordo com verificação do Balanço Financeiro, do Termo de Verificação de Disponibilidade Financeira e dos Extratos Bancários enviados pelo PREVIDRP no e-mail <a href="mailto:controladoria@pmdrp.es.gov.br">controladoria@pmdrp.es.gov.br</a> , em 20/03/2025, as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos valores depositados em contas correntes e aplicações	-	Regular





# Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
Unidade Central de Controle Interno

	financeiras.														
1.5.1	<div>Arquivos em desacordo com a IN TCEES 68/2020</div> <table><tr><th>Arquivo</th><th>Inconsistência</th></tr><tr><td>ESTATIS</td><td>Faltou informar o Sexo e a Idade Média de Admissão.</td></tr><tr><td>TERMOV</td><td>Os termos circunstanciados estão com valor sem depreciar e estão com Decreto do exercício de 2023.</td></tr><tr><td>TERIMO</td><td>No exercício de 2024 fora nomeada nova comissão responsável.</td></tr><tr><td>TERALM</td><td>Decreto 4221/2024, de 11/03/2024</td></tr><tr><td>TERINT</td><td></td></tr></table> <div>Verificou-se ainda, a falta de consistência entre os arquivos PARATU (R\$52.441.785,40) em relação ao valor constante nos arquivo BALGAPE/DEMAAT e BALATU(R\$50.985.028,36)</div> <div>Na oportunidade, esclarece que a Previdrp não enviou determinados arquivos, sendo faltante os relacionados abaixo:</div> <div>RELGES, INVIMOV, INVIMO, INVALM, INVINT, DEMREC, DEMDAD,RELPAR, CRONOS, JUSTCRO, DOCSPAR e NOTAEXP.</div>	Arquivo	Inconsistência	ESTATIS	Faltou informar o Sexo e a Idade Média de Admissão.	TERMOV	Os termos circunstanciados estão com valor sem depreciar e estão com Decreto do exercício de 2023.	TERIMO	No exercício de 2024 fora nomeada nova comissão responsável.	TERALM	Decreto 4221/2024, de 11/03/2024	TERINT		<div>Comunicação ao diretor presidente, através de processo administrativo, sobre a necessidade de que os arquivos da PCA sejam elaborados de acordo com a IN TCEES vigente para o exercício.</div>	A Regularizar
Arquivo	Inconsistência														
ESTATIS	Faltou informar o Sexo e a Idade Média de Admissão.														
TERMOV	Os termos circunstanciados estão com valor sem depreciar e estão com Decreto do exercício de 2023.														
TERIMO	No exercício de 2024 fora nomeada nova comissão responsável.														
TERALM	Decreto 4221/2024, de 11/03/2024														
TERINT															
2.5.3 e 2.5.4	<div>Conforme acompanhamento realizado durante o exercício de 2024, através do processo 0457/2024, os descontos previdenciários parte servidor e a contribuição patronal estão de acordo com a legislação municipal.</div> <div>Lei 114/2024 (14% alíquota retenção de servidor, 22% alíquota patronal e 3,6% taxa de administração)</div> <div>Entretanto, entende-se que a maneira adequada da demonstração das alíquotas seria:</div> <div>14% Alíquota contribuição servidor ativo</div> <div>25,6% Alíquota Ente Federativo Total</div> <div>Conforme disposto no Estudo Atuarial com data focal de 31/12/2023</div> <div>O valor total patronal emitido no resumo da FOPAG diverge do valor patronal da guia de contribuição previdenciária (diferença 3,6% taxa de administração)</div>	<div>Comunicação a Procuradoria Geral do Município para que verifique quanto ao disposto na Lei 114/2024, sobre a Alíquota Patronal (Alíquota do Ente).</div> <div>Entende-se que o disposto na lei deve estar de acordo com o estabelecido no Estudo Atuarial.</div>	A Regularizar												
2.5.6 e 2.5.7	<div>Após análise das respostas dadas pelo PREVIDRP – Processo 0788/2025e pela Divisão de Recursos Humanos – Processo 0786/2025 verificou-se que no exercício de 2024 houve a falta de existência de rotina administrativa para a cessão de servidores. Entretanto, no exercício de 2025 as comunicações quanto a servidores cedidos estão sendo realizadas, conforme documentação enviada.</div>	-	Regular												
2.5.8	<div>De acordo com informação prestada pelo PREVIDRP, através do processo nº 0788/2025 e pela Divisão de Recursos Humanos através do processo nº 0786/2025, o Ente federativo, através da Divisão de Recursos Humanos, mantém registro individualizado dos segurados, entretanto, não atende todas as exigências regulamentadas na Lei 9717/1998 e na Portaria MPS 402/2008.</div>	<div>Comunicação ao Diretor Presidente, informando que o RPPS deve solicitar ao ente que requeira da empresa locadora do software contábil e de pessoal que regularize a referida pendência, para atender a Lei 9717/1998, art. 1º, VII e a Portaria MPS 402/2008, 18.</div> <div>Lei 9717/1998</div> <div>Art. 1º Os regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos militares dos Estados e do Distrito Federal deverão ser organizados, baseados em normas gerais de contabilidade e atuária, de modo a garantir o seu equilíbrio financeiro e atuarial, observados os seguintes critérios:</div> <div>VII - registro contábil individualizado das contribuições de cada servidor e dos entes estatais, conforme diretrizes gerais;</div>	A Regularizar												



# Prefeitura Municipal de Dores do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
Unidade Central de Controle Interno

		Portaria MPS 402/2008  Art. 18. O ente federativo manterá registro individualizado dos segurados do RPPS, que conterá as seguintes informações: I - nome e demais dados pessoais, inclusive dos dependentes; II - matrícula e outros dados funcionais; III - remuneração de contribuição, mês a mês; IV - valores mensais da contribuição do segurado; V - valores mensais da contribuição do ente federativo. Parágrafo único. Ao segurado e, na sua falta, aos dependentes devidamente identificados serão disponibilizadas as informações constantes de seu registro individualizado.	
2.5.9	De acordo com informações prestadas pelo PREVIDRP, através do processo nº 0788/2025 e pela Divisão de Recursos Humanos através do processo nº 0786/2025, não é possível disponibilizar ao segurado todas as informações determinadas na Lei 9717/1998, art. 1º, VII, e a Portaria MPS 402/2008, 18, em virtude do déficit do software contábil.	Comunicação ao diretor presidente, através de processo administrativo, informando que o RPPS deve solicitar ao ente que requeira da empresa locadora do software contábil e de pessoal que regularize a referida pendência, para atender a Lei 9717/1998, art. 1º, VII e a Portaria MPS 402/2008, 18.	A Regularizar
2.5.10	De acordo com informação prestada pelo PREVIDRP, através do processo nº 0788/2025, não existem acordos de parcelamento firmados em relação a débitos previdenciários.	-	Regular
2.5.11	De acordo com informações prestadas pelo PREVIDRP, através do processo nº 0788/2025, no exercício de 2024, devido à instabilidade do site governamental não houve envio para a Secretaria de Previdência Social, solicitando a devida compensação previdenciária.	Comunicação ao diretor presidente, através de processo administrativo, sobre a obrigatoriedade da solicitação de compensação previdenciária do INSS para com o RPPS.	A Regularizar
2.5.14	De acordo com o verificado no link do site institucional do município <a href="https://www.pmdrp.es.gov.br/detalhe-da-materia/info/portal-da-transparencia---instituto-de-previdencia---previdrp/6657">https://www.pmdrp.es.gov.br/detalhe-da-materia/info/portal-da-transparencia---instituto-de-previdencia---previdrp/6657</a> , a unidade gestora não atende plenamente a este ponto de controle. <ul style="list-style-type: none"><li>• Publicar portarias faltantes do exercício de 2024;</li><li>• Publicar Resoluções emitidas no exercício de 2024;</li><li>• Atualizar dados informados no "botão" Conselhos</li><li>• Inserir dados de Licitações do exercício de 2016 até a presente data. No caso de não ter ocorrido Licitação neste período, deverá ser publicado a Declaração que não houve licitação no(s) respectivo(s) exercício(s).</li></ul>	Comunicação ao diretor presidente, através de processo administrativo, orientando a necessidade do atendimento ao disposto na Lei 10887/2004 art. 9º, III. ON MPS SPS 02/2009, art 15, III. ON MPS-SPS 02/2009, art. 21, parágrafo único, a fim de se promover a transparência dos atos administrativos.	A Regularizar
2.5.16	Informação prestada pelo PREVIDRP, através do processo nº 0788/2025, contendo comprovante de envio dos Demonstrativos: DAIR – Demonstrativo de Aplicação e Investimento dos Recursos, DPIN – Demonstrativo da Política de Investimentos, DIPR – Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasses.	-	Regular
2.5.19	O RPPS realizou cálculo atuarial com data base coincidente com a data base das demonstrações contábeis do exercício. Data Base do Cálculo Atuarial é 31/12/2024.	-	Regular
2.5.20	Os aportes periódicos foram estabelecidos por meio do art. 1º do Decreto nº 4.132/2023, pelo prazo dos próximos 28 anos.  Lei 924/2020	-	Regular
2.5.22	Na UG Prefeitura a contabilização dos Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial (R\$1.741.728,26) relativo ao repasse efetuado pelo município ao RPPS – Natureza da	-	Regular





# Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
Unidade Central de Controle Interno

	<p>Despesa 33919700000 ocorreu em conformidade ao que determina o MCASP – Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público - 10ª Edição</p> <p>No PREVIDRP o valor do aporte atuarial (R\$1.741.728,26) foi contabilizado na conta contábil 79990101000– Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS, em conformidade ao que determina o MCASP – Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – 10ª Edição.</p>		
2.5.25	Informação prestada pelo PREVIDRP, através do processo nº 0794/2025, informando que foi realizado recadastramento no ano de 2024.	-	Regular
2.5.27	De acordo com informações prestadas pelo PREVIDRP, através do processo nº 0788/2025 e pelo Gabinete do Prefeito, através do processo nº 1296/2025, o Instituto encaminhou ao Poder Executivo processo específico para escolha das hipóteses- Ofício nº 007/2025.	-	Regular
2.5.28	De acordo com informações prestadas pelo PREVIDRP, através do processo nº 0788/2025 e pelo Gabinete do Prefeito, através do processo nº 1296/2025, o Instituto encaminhou ao Poder Executivo processo específico para escolha das hipóteses- Ofício nº 007/2025.	-	Regular
2.5.31	De acordo com documentação enviada no processo nº 0788/2025, houve instituição do comitê através do Decreto nº 3628/2020, e Resoluções nº 007 e 008/2022, 009/2023 e 012/2024.	-	Regular
2.5.32	De acordo com as atas enviadas no processo nº 0788/2025, no exercício de 2024 foram realizadas 12 reuniões do Comitê de Investimentos do PREVIDRP.	-	Regular
2.5.33	De acordo com documentação enviada no processo nº 0788/2025, o exercício de 2024 encerrou com 2 membros no Comitê de Investimentos, e os mesmos possuem certificação para operar no mercado brasileiro de capitais – CPA 10. Dalmo Costa Beber Roberta Querubim Medeiros Martins	Comunicação ao diretor presidente, através de processo administrativo, para que providencie a nomeação de membro apto a participar da Comissão de Investimentos, visto que o Decreto 3628/2020 determina que seja composto por 3 (três) membros.	A Regularizar
2.5.34	Ato de aprovação da Política de investimento para o exercício de 2024 publicado no site institucional do município através do link:  <a href="https://www.pmdrp.es.gov.br/arquivo/download/44590/categoria/10463/ata_de_aprovacao_da_politica_de_investimentos_2024">https://www.pmdrp.es.gov.br/arquivo/download/44590/categoria/10463/ata_de_aprovacao_da_politica_de_investimentos_2024</a> Política de Investimento <a href="https://www.pmdrp.es.gov.br/arquivo/download/44589/categoria/10463/politica_de_investimentos_2024">https://www.pmdrp.es.gov.br/arquivo/download/44589/categoria/10463/politica_de_investimentos_2024</a>	-	Regular
2.5.35	De acordo com análise do Termo de Verificação de Disponibilidade Financeira, todas as contas bancárias pertencentes ao PREVIDRP estão depositadas em instituições financeiras oficiais.	-	Regular
2.5.45	O percentual para despesas administrativas no PREVIDRP foi fixado pela Lei 114/2024, art. Art. 6º.	-	Regular
2.7.2.3	De acordo com documentação enviada no processo nº 0788/2025, no exercício de 2024, foram enviados ao TCEES 09 (nove) processos de aposentadoria para registro.	-	Regular
2.7.2.5	De acordo com documentação enviada no processo nº 0788/2025, no exercício de 2024, foram enviados ao TCEES 02 (dois) processos de pensão para registro, de acordo com as portarias nº 96 e 99/2024.	-	Regular

Não foi informada Proposição/Alerta para os itens que se encontram em situação REGULAR.



## 1.4. ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

### 1.4.1. Análise da Consistência dos Saldos de Restos a Pagar Não Processados entre Balanço Orçamentário e Balanço Financeiro

O valor da inscrição de Restos a Pagar não Processados (exercício atual), informado no Balanço Financeiro, deve ser igual ao total da despesa empenhada subtraído o total da despesa liquidada, informada no Balanço Orçamentário, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Restos a Pagar não Processados	
Balanço Financeiro (a)	6.000,00
Balanço Orçamentário (b)	6.000,00
<b>Divergência (a-b)</b>	<b>0,00</b>

Fonte: Balanço Financeiro e Balanço Patrimonial exercício 2024.

Pelo exposto, verifica-se a existência de conformidade entre os demonstrativos contábeis.

### 1.4.2. Análise da Consistência dos Saldos de Restos a Pagar Processados entre Balanço Financeiro e o Balanço Orçamentário

O valor da inscrição de Restos a Pagar Processados (exercício atual), informado no Balanço Financeiro, deve ser igual ao total da despesa liquidada subtraído o total da despesa paga, informada no Balanço Orçamentário, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Restos a Pagar Processados	
Balanço Financeiro (a)	1.251,98
Balanço Orçamentário (b)	1.251,98
<b>Divergência (a-b)</b>	<b>0,00</b>

Fonte: Balanço Financeiro e Balanço Orçamentário exercício 2024.

Pelo exposto, verifica-se a existência de conformidade entre os demonstrativos contábeis.

### 1.4.3. Análise da Execução Orçamentária na dotação Reserva de Contingência informada no Balanço Orçamentário

Verificação nas informações do Balanço Orçamentário, se houve execução de despesa orçamentária na dotação “Reserva de Contingência”, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Execução de despesa na dotação Reserva de Contingência	
Despesa Empenhada	0,00
Despesa Liquidada	0,00
Despesa Paga	0,00

Fonte: Balanço Orçamentário exercício 2024.

Pelo exposto, verifica-se a ausência de execução orçamentária na dotação Reserva de Contingência.

### 1.4.4. Análise da Execução Orçamentária na dotação Reserva do RPPS informada no Balanço Orçamentário.

Verificação se houve execução de despesa orçamentária na dotação “Reserva do RPPS”,



## Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
Unidade Central de Controle Interno

com base nas informações do Balanço Orçamentário, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Execução de despesa na dotação Reserva do RPPS	
Despesa Empenhada	0,00
Despesa Liquidada	0,00
Despesa Paga	0,00

Fonte: Balanço Orçamentário exercício 2024.

Pelo exposto, verifica-se a ausência de execução orçamentária na dotação da Reserva do RPPS.

### 1.4.5. Análise entre o Balanço Financeiro e o Balanço Orçamentário em relação à Receita Orçamentária

O total da receita orçamentária (exercício atual) informado no Balanço Financeiro deve ser igual ao total da receita orçamentária, informado no Balanço Orçamentário, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Total da Receita Orçamentária	
Balanço Financeiro (a)	5.855.972,98
Balanço Orçamentário (b)	5.855.972,98
<b>Divergência (a-b)</b>	<b>0,00</b>

Fonte: Balanço Financeiro e Balanço Orçamentário exercício 2024.

Pelo exposto, verifica-se a existência de conformidade entre os demonstrativos contábeis.

### 1.4.6. Análise entre o Balanço Financeiro e o Balanço Orçamentário em relação à Despesa Orçamentária

O total da despesa orçamentária (exercício atual) informado no Balanço Financeiro deve ser igual ao total da despesa orçamentária, informado no Balanço Orçamentário, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Total da Despesa Orçamentária	
Balanço Financeiro (a)	3.717.408,51
Balanço Orçamentário (b)	3.717.408,51
<b>Divergência (a-b)</b>	<b>0,00</b>

Fonte: Balanço Financeiro e Balanço Orçamentário exercício 2024.

Pelo exposto, verifica-se a existência de conformidade entre os demonstrativos contábeis.

### 1.4.7. Análise entre o Balanço Financeiro e o Balanço Patrimonial em relação ao saldo do exercício anterior da conta Caixa e Equivalentes de Caixa

O saldo da conta caixa e Equivalentes de Caixa (exercício anterior) informado no Balanço Financeiro deve ser igual ao informado no Balanço Patrimonial (coluna exercício anterior), conforme demonstrado na tabela abaixo:

Conta Caixa e Equivalentes de Caixa (exercício anterior)	
Balanço Financeiro (a)	25.481.875,39
Balanço Patrimonial (b)	25.481.875,39
<b>Divergência (a-b)</b>	<b>0,00</b>



Fonte: Balanço Financeiro e Balanço Patrimonial exercício 2024.

Pelo exposto, verifica-se a existência de conformidade entre os demonstrativos contábeis.

**1.4.8. Análise entre o Balanço Financeiro e o Balanço Patrimonial em relação ao saldo do exercício anterior atual da conta Caixa e Equivalentes de Caixa**

O saldo da conta Caixa e Equivalentes de Caixa (exercício atual) informado no Balanço Financeiro deve ser igual ao informado no Balanço Patrimonial (coluna exercício atual), conforme demonstrado na tabela abaixo:

Conta Caixa e Equivalentes de Caixa (exercício atual)	
Balanço Financeiro (a)	26.934.189,92
Balanço Patrimonial (b)	26.934.189,92
<b>Divergência (a-b)</b>	<b>0,00</b>

Fonte: Balanço Financeiro e Balanço Patrimonial exercício 2024.

Pelo exposto, verifica-se a existência de conformidade entre os demonstrativos contábeis.

**1.4.9. Análise entre a Demonstração das Variações Patrimoniais e o Balanço Patrimonial em relação ao resultado patrimonial**

O resultado patrimonial apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) deve ser igual ao resultado do exercício no patrimônio líquido do Balanço Patrimonial, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Resultado Patrimonial	
<b>Exercício atual</b>	
DVP (a)	5.373.088,32
Balanço Patrimonial (b)	5.373.088,32
<b>Divergência (a-b)</b>	<b>0,00</b>
<b>Exercício anterior</b>	
DVP (a)	11.707.276,49
Balanço Patrimonial (b)	11.707.276,49
<b>Divergência (a-b)</b>	<b>0,00</b>

Fonte: Balanço Patrimonial e Demonstração das Variações Patrimoniais exercício 2024.

Pelo exposto, verifica-se a existência de conformidade entre os demonstrativos contábeis.

**1.4.10. Análise entre os totais dos saldos devedores e dos saldos credores**

Os saldos devedores devem ser iguais aos saldos credores, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Comparativo dos saldos Devedores e Credores	
<b>Saldos Devedores (a) = I + II</b>	<b>73.206.611,89</b>
Ativo (BALPAT) - I	62.881.050,91
Variações Patrimoniais Diminutivas (DEMVAP) - II	10.325.560,98
<b>Saldos Credores (b) = III - IV + V</b>	<b>73.206.611,89</b>
Passivo Total = Passivo Exigível + Patrimônio Líquido (BALPAT) - III	62.881.050,91
Resultado Exercício (BALPAT) -IV	5.373.088,32



# Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
Unidade Central de Controle Interno

Variações Patrimoniais Aumentativas (DEMVAP) - V	15.698.649,30
<b>Divergência (c) = (a) – (b)</b>	<b>0,00</b>

Fonte: Balanço Patrimonial e Demonstração das Variações Patrimoniais exercício 2024.

Pelo exposto, verifica-se consistência na observância ao método das partidas dobradas.

## 1.4.11. Análise da despesa Executada em relação à Dotação Atualizada

O valor da despesa executada no Balanço Orçamentário deve ser menor ou igual à dotação orçamentária atualizada, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Execução da Despesa Orçamentária	
Despesa Empenhada (a)	3.717.408,51
Dotação Atualizada (b)	4.654.201,00
<b>Execução da despesa em relação à dotação (a-b)</b>	<b>936.792,49</b>

Fonte: Balanço Orçamentário exercício 2024.

Pelo exposto, verifica-se que não houve execução orçamentária da despesa em valores superiores à dotação atualizada.

## 2. CONSTATAÇÕES- DOCUMENTAÇÃO DA PCA

A documentação necessária para subsídio das análises dos Pontos de Controle começou a ser recebida em 20/03/2025, através da documentação incluída no processo nº 0794/2025. Durante as análises foi verificado a ausência de documentos requeridos pela UCCI, assim como de determinadas inconsistências em arquivos, sendo solicitado ao RPPS que procedesse o envio da documentação faltante e correção do que fosse necessário. Em virtude do tempo disponível para elaboração deste relatório, esta UCCI realizou a verificação da documentação enviada até o dia 25/03/2025.

Foram verificados 42 Pontos de Controle, sendo que 27 ficaram em situação “Regular” e 15 em situação “A Regularizar”, destes destacamos a inconsistência dos itens 1.2.13 e 1.2.14, nos quais verificou-se haver a ausência de equilíbrio financeiro (exercício 2024) do regime previdenciário, sendo apurado Déficit Financeiro de R\$1.556.160,42. Durante o exercício de 2024 foi realizada mensalmente análise quanto a suficiência financeira, através da comparação entre as receitas previdenciárias recolhidas pelo RPPS e as despesas previdenciárias pagas, sendo que as receitas não foram suficientes para cobrir as despesas previdenciárias, havendo a necessidade da utilização dos rendimentos de aplicação financeira. Fato este comunicado ao Diretor Presidente do RPPS durante o exercício de 2024, através dos ofícios nº 08, 12, 13, 16, 18 e 20/2024, e ao Chefe do Poder Executivo através do processo 5431/2024. Quanto aos demais achados referentes aos Pontos de Controle que se encontram em situação “A Regularizar”, informamos que as inconsistências estão descritas no item 1.3 – Tabela Constatações e Proposições dos Pontos de Controle acima informadas.

Destaca-se que no exercício de 2024 foi recebido R\$1.741.728,96 referente a Aporte Atuarial em



## *Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto*

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
Unidade Central de Controle Interno

conformidade com o valor determinado no anexo I, da Lei 924/2020.

Considerando o Decreto nº 4269/2024, que “Dispõe sobre o encerramento do exercício de 2024 e a abertura do exercício financeiro de 2025”, que estabelece em seus artigos:

Art. 16. As Divisões de Contabilidade do Instituto de Previdência do Município e da PMDRP deverão enviar a UCCI – Unidade Central de Controle Interno até o dia 24 de fevereiro de 2025, os arquivos que compõem a PCA do PREVIDRP, Fundo Municipal de Saúde, Conta Ordenador Prefeitura e Conta Governo Consolidado, para análise e emissão de Parecer Conclusivo do Controle Interno.

Art. 17. Fica estabelecido o dia 21 de março de 2025, para que a UCCI - Unidade Central de Controle Interno envie as recomendações dos ajustes a serem realizados nos relatórios não estruturados que compõem a PCA do PREVIDRP, Fundo Municipal de Saúde, Conta Ordenador Prefeitura e Conta Governo Consolidado.

O Diretor Presidente será comunicado, através de processo administrativo, sobre as inconsistências detectadas e sobre o escasso tempo para análise dos pontos de controle, restando prejudicada nossa verificação, a fim de que sejam promovidas ações para que as mesmas não ocorram no exercício de 2025.

### **3. PARECER DO CONTROLE INTERNO**

Examinou-se a prestação de contas anual elaborada sob a responsabilidade do Sr. José Carlos Nunes de Melo, responsável pela Unidade Gestora - RPPS - PREVIDRP no exercício de 2024.

A Unidade Central de Controle Interno, tendo como base os objetos e os pontos de controle avaliados e acima descritos, elencados nos itens 1.3 (27 em situação “Regular” e 15 em situação “A Regularizar”) e 1.4 (11 análises contábeis em Conformidade) desta manifestação, conclui que a referida Prestação de Contas se encontra **REGULAR COM RESSALVAS**.

Dorcas do Rio Preto/ES, 28 de março de 2025

**Luciane Teresinha Pirovani Palácios**  
Controlador Geral Interno  
Matrícula 012673  
CRC-ES 017959/O-2

**Ivana Cecília Lacerda Loreti**  
Coordenador da Unidade Central de Controle Interno  
Matrícula 016401  
OAB/MG 203.428

**Lucas Belford Moreira**  
Auditor Público Municipal  
Matrícula 016400